



# III CONGRESSO INTERNACIONAL ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

**Cenários e Desafios Contemporâneos**

18 e 19 de Novembro Evento totalmente online

**UNISC** UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL **Curriculo, Memórias e Narrativas em Educação** Programa de Pós-Graduação em Educação **EDUCAÇÃO** Mestrado e Doutorado **COMITÊ ORGANIZADOR DO ENSINO MÉDIO**

## ESCOLAS DO/NO CAMPO E “NOVO ENSINO MÉDIO”: RETROCESSOS E LUTA

**Karolline Schimmelpfennig**

**Neitzel Kunsch**

**Sandra Soares Della Fonte**

A presente pesquisa elege como tema a educação do/no campo no contexto do chamado Novo Ensino Médio, decorrente da Lei nº 13.415 de 2017. Ressalta-se que ainda são tímidas as pesquisas sobre essa temática e seus desdobramentos para a escola do/no campo. Enfrentar essa lacuna acadêmica pode contribuir para mostrar que o processo de implementação da Reforma do Ensino Médio (REM) tem um tom mais preocupante e nefasto nas escolas voltadas para os/as trabalhadores/as rurais.

A partir desse tema, indagam-se quais contradições têm sido geradas pelo Novo Ensino Médio para as escolas campestinas no Espírito Santo. A partir das teorizações críticas da educação, coloca-se como objetivo geral evidenciar o processo diferenciado de implantação da REM nas escolas do/no campo, assim como sua resistência a essa política nacional. A pesquisa possui um caráter documental que tem como referência as normativas nacionais relativas à REM (a Lei nº 13.415/2017 e suas alterações a partir do mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2023); as orientações estaduais, como a Resolução CEE-ES nº. 5.666/2020 que traz as normas para implantação do Novo Ensino Médio em todo o sistema de ensino capixaba; os Projetos político-pedagógicos de uma escola campestina, sendo um referente ao período imediatamente anterior à REM e outro a partir de sua implementação. Tais projetos serão analisados em termos de definição do tempo escolar, dos saberes escolares e dos itinerários formativos.

A expressão educação do campo tende para a armadilha de se pulverizar e fragmentar a educação (incluída sua forma escolar), a partir da diversidade de cada segmento social e de sua realidade imediata. Essa tendência de delinear escolas diferenciadas foi criticada por Antônio Gramsci em seu projeto educativo de uma escola unitária para a classe trabalhadora,



# III CONGRESSO INTERNACIONAL ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

## Cenários e Desafios Contemporâneos

18 e 19 de Novembro

Evento totalmente online

**UNISC**  
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

Curriculo, Memórias e Narrativas  
em Educação  
Mestrado em Educação

Programa de Pós-Graduação  
**EDUCAÇÃO**  
Mestrado e Doutorado

COMITÊ ORGANIZADOR  
DO ENSINO MÉDIO

capaz de articular o fazer e o pensar, a teoria e a prática. Uma escola unitária que permita à classe trabalhadora, portanto, compreender a exploração e a luta pela transformação social em sua dimensão universal e diversa. Contudo, reconhecemos que, em termos de políticas públicas brasileiras, educação do campo é o termo que, quando comparece, carrega e materializa o árduo esforço social e histórico de tirar esse amplo segmento da classe trabalhadora da invisibilidade, relacionando o direito à terra e o direito à educação. Portanto, não nos parece prudente, neste momento histórico, desprezá-lo por completo. Como consequência, adotamos a dupla qualificação do/no campo como postulação de que o povo camponês faz parte da classe trabalhadora, partilhando com outros grupos e segmentos dessa classe a condição de exploração, mas assume especificidades devido às diferentes maneiras de viver a imposição do capital. Em outros termos, Educação do/no Campo é expressão provisória de uma conquista histórica que amadurece no conjunto das pedagogias vinculadas à emancipação da classe trabalhadora no seu conjunto e na sua diversidade. Logo, a educação escolar direcionada aos habitantes do meio rural, indispensavelmente, deve vir acompanhada do propósito de uma formação integral e emancipadora tal como necessita ser para toda a classe trabalhadora. Com essa intencionalidade e articulada com a realidade concreta e objetiva (como síntese de diferentes determinações), compromete-se com a historicidade das relações sociais e com o despertar da consciência de classe, articulando, de modo dialético, os saberes tradicionais e os conhecimentos elaborados historicamente produzidos pela humanidade.

A história da educação brasileira testemunhou um longo período de completa ausência de políticas educacionais destinadas aos sujeitos camponeses, o que acabou promovendo o que Arroyo (2012, p.84) descreve como “Um jogo de despolitização da educação do campo, de suas análises e políticas que termina fazendo o jogo de ocultar as tensões mais radicais, por projeto de agricultura camponesa ou capitalista, de poder, de campo e de sociedade”. Ainda hoje, essa história se perpetua, e as escolas camponesas são secundarizadas, numa política de favorecimento do capital e do agronegócio.

Contudo, no contexto de lutas contra hegemônicas no Brasil, tem-se construído e afirmado o reconhecimento do direito à educação dos/das trabalhadores/as camponeses/as em



# III CONGRESSO INTERNACIONAL ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

## Cenários e Desafios Contemporâneos

18 e 19 de Novembro

Evento totalmente online

**UNISC**  
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

Curriculo, Memórias e Narrativas  
em Educação  
ISSN 2526-8109

Programa de Pós-Graduação  
**EDUCAÇÃO**  
Mestrado e Doutorado

COMITÊ ORGANIZADOR  
DO ENSINO MÉDIO

uma perspectiva transformadora que almeja uma nova sociabilidade e seja um contraponto às imposições do sistema capitalista. Ademais, a educação do/no campo se transformou em um terreno profícuo para as pedagogias críticas. Em que pesem suas diferenças e diversidades, essas pedagogias elegem, para a escola do/no campo, o trabalho como princípio educativo, comprometido com uma formação omnilateral.

Na contramão dessa perspectiva, a Reforma do Ensino Médio de 2017 propõe um fatiamento do currículo e o “abandono de sua base propedêutica, e substituição por outra, tida pelos seus defensores como mais ‘alinhada’ aos anseios da sociedade moderno-industrial e digital” (Gomes et al., 2020, p. 615). Sendo assim, promove um aprofundamento do dualismo educacional, expandindo o fosso entre a educação destinada às massas e aquela destinada aos filhos e filhas da classe dominante.

Sob essa lógica, a REM fortalece o projeto de capitalismo dependente e conservador. Disputar esse nível de escolarização é estratégico, pois “O ensino médio é a etapa crucial de formação científica e cultural da juventude [...]” (Frigotto, 2023, p. 10).

Desta forma, depreende-se que o jogo político de impor o predomínio hegemônico sobre a educação encontra no ensino médio uma área profícuo para massificar a ideologia de dominação por meio do capital, pois, é nessa etapa que os estudantes iniciam com mais clareza o seu processo de formação para a cidadania e de preparo para o trabalho. Assim, a REM “[...] cumpre o objetivo de fechar “para os filhos da classe trabalhadora o acesso à universidade e ao trabalho complexo” (Ramos; Frigotto, 2017, p.44).

Impulsionados por essas considerações a pesquisa acadêmica precisa se lançar nessa dupla tarefa organicamente articulada: denunciar a invisibilidade e o desmonte sofrido pelas escolas do/no campo com a Reforma do Ensino Médio imposta em 2017, assim como lançar luzes sobre a resistência dessas escolas em sua luta pelo direito à educação e contra essa política educacional.

Ainda que se trate de uma pesquisa em andamento, ao mesmo tempo que entendemos a potencialização dos efeitos perversos da REM nas escolas do/no campo, compreendemos que essas escolas comportam a potencialidade de luta contra esse retrocesso político.



# III CONGRESSO INTERNACIONAL ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

Cenários e Desafios Contemporâneos

18 e 19 de Novembro

Evento totalmente online

UNISC  
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

Curriculo, Memórias e Narrativas  
em Educação  
ISSN 2526-8109

Programa de Pós-Graduação  
EDUCAÇÃO  
Mestrado e Doutorado

COMITÊ ORGANIZADOR  
DO ENSINO MÉDIO

**Palavras-chave:** Ensino Médio. Reforma do Ensino Médio. Novo Ensino Médio. Escola do/no campo. Espírito Santo.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo*. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 81–93, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9092>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BRASIL. Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Brasília: Presidência da República. [2017]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em 05 abri. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *O Ensino Médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica*. Rio de Janeiro/ São Paulo: UERJ/ LPP/ Expressão Popular, 2023.

GOMES, Danyella Jakelyne Lucas; LIMA, Maria da Conceição Silva; SOUZA Sidelay Bezerra; BERKENBROCK-ROSITO, Margarete May. *Políticas educacionais para o Ensino Médio: implicações e perspectivas para com a garantia desse direito à educação*. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 614-630, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13744/9119>. Acesso em: 5 abr. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. “Resistir é preciso, fazer não é preciso”: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. Cadernos de Pesquisa em Educação, Vitória, n. 46, p. 26-47, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/19329/13057>. Acesso em: 21 jun.

SEDU-CEE. Resolução CEE-ES nº 5.666/2020 de 30 de novembro de 2020. Estabelece as normas para implantação do Novo Ensino Médio no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo e promove alterações na Resolução CEE-ES nº 3.777/2014 para esta etapa da educação básica. Disponível em: <https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolu%C3%A7%C3%B5es%20Normativas%202020/res5666-1.pdf>. Acesso em 21 jun. 2024.